

Financiamento e Precarização das Condições de Trabalho e Formação

“Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção, isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a, não há sociedade sem trabalho e sem educação” Leandro Konder

Há pouco mais de dois anos, víamos governo, empresários e a grande mídia comemorarem de maneira exaltada a escalada que nosso país dera no ranking das maiores economias mundiais. Ocupávamos a sexta posição dentre os países mais ricos do mundo. Contraditoriamente, nesse mesmo período, ocupávamos a octogésima quarta posição no índice de desenvolvimento humano, que leva em consideração as condições de vida da população, refletindo o investimento em saúde, educação, moradia, transporte.

O governo federal se explica dizendo que por conta da crise econômica internacional, precisa conter os gastos sociais. Não à toa, que em seus dois primeiros mandatos a presidente Dilma Rousseff cortou 50 e 55 bilhões do orçamento geral da União, que seriam destinados à área social.

Basta uma rápida visita a uma escola, um posto de saúde, ou até mesmo um terminal de ônibus, para conferirmos quais são as prioridades assumidas pelos respectivos governos no país, algo que se tornou ainda mais escancarado com o andamento das obras dos megaeventos esportivos trazidos para o Brasil e custeados em sua maior parte com dinheiro público.

O gráfico do orçamento geral de 2013¹ ilustra bem essa preocupante situação. No ano passado, 40,13% foi destinado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida interna e externa do Brasil, enquanto para saúde fora destinado 4,29%, transporte 0,59%, cultura 0,05%, urbanismo 0,06%, e alarmantes 3,7% para educação, obviamente insuficientes para fazer o país sair da sua vergonhosa posição no índice de desenvolvimento humano. Chamamos atenção aqui para uma informação divulgada pela Campanha Nacional Direito à Educação², nas discussões que fizemos construindo o plebiscito pelos 10% do PIB para a Educação Pública, Já, em 2011, @s pesquisadores envolvidos no estudo sobre financiamento apontavam àquela época que 10% era o patamar mínimo para começar a reverter a precariedade da educação pública.

Não fora por menos, que nos últimos três anos, trabalhadores de diversos setores têm se levantado para questionar as condições de trabalho derivadas dessa política de

¹ <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

² <http://www.campanhaeducacao.org.br/>

precarização do serviço público, greves em 2011, articulação do comitê em defesa dos 10% do PIB para educação pública, já!, a histórica greve federal de 2012, iniciada dentro dos muros de universidades, colégios de aplicação, colégios militares e institutos federais mas que logo extrapolou para diversas categorias, contabilizando mais de 30 setores paralisados. Diversas greves no âmbito da educação estadual, com reivindicações salariais e se contrapondo a projetos de educação governamentais, tal como é o caso do Rio Grande do Sul, na luta pelo pagamento do piso salarial e a contraposição ao ensino médio politécnico em processo de implementação. E, ainda, as jornadas de junho-julho de 2013 que demarcam um novo patamar de luta no país, quando as massas, sobretudo a juventude trabalhadora, foi às ruas para questionar todo esse projeto político que vem sendo implementado em nosso país. Projeto cujo desdobramento avança na intensificando a exploração do trabalho e a precarização das condições de vida da maioria da população.

Mais alguns dados que nos ajudam a pensar a questão da educação no país, em pesquisa feita pelo PNAD/IBGE mostrou que em 2012, tínhamos cerca de 13,2 milhões de analfabetos no país, ocupando o posto de 8º país com maior taxa de analfabetismo adulto segundo a UNESCO³. Também segundo a PNAD cerca de 19% dos jovens entre 18 e 24 anos acessam o ensino superior no Brasil, sendo a grande maioria desses na esfera privada.

Para compreendermos alguns fatores que nos levam a ter esse quadro preocupante, não podemos isolar a educação dos demais fenômenos sociais, sobretudo da sua relação intrínseca com o trabalho e conseqüentemente com a economia política. Não podemos fazer análise de conjuntura apartando política e economia, e a educação é, constitucionalmente, uma política pública de Estado.

Vivemos em uma sociedade marcada por contradições. A que melhor sintetiza o modo capitalista de produção da vida é, ao mesmo tempo em que se prega a liberdade e a igualdade, basear-se na divisão de classe e exploração do trabalho, onde uma classe detém os meios de produção e a outra sobrevive exclusivamente da venda de sua força de trabalho. Nessa contradição, ao longo da história, foram se desenvolvendo as instituições escolares, e principalmente o sistema público de educação, como forma de garantir a propagada igualdade. Porém esse desenvolvimento se deu sob as condições de uma sociedade de classes, assim se desenvolveram basicamente dois tipos de

³ <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>

instituições escolares, uma responsável pela socialização do saber sistematizado, para os filhos da classe dominante, e outra pragmática e utilitarista para os filhos da classe trabalhadora, um bom exemplo dessa dualidade é a reforma do ensino médio do RS.

O desenvolvimento dessa sociedade chegou a tal ponto, que a dominação passou a se dar entre nações, países centrais que por meio de seus instrumentos políticos e militares, por vezes sob o véu do multilateralismo, determinam os rumos dos países periféricos. Assim que na década de 70 - com o esgotamento do modo de produção capitalista, a conseqüente crise econômica e o endividamento dos países periféricos - os países centrais passam a impor, por meio de instrumentos aparentemente neutros, como Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, seus ditames para ajustar a economia e sair da crise.

Como saída apontavam três grandes modificações, a reestruturação produtiva, a financeirização da economia e o neoliberalismo como forma de gestão do aparelho de Estado. Algo que articulado com os setores dominantes e os governos de cada país, fora praticamente implementado em todos os países da América Latina, no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. A reestruturação produtiva carrega como principal marca a flexibilização e a terceirização dos contratos, deixando um rastro de incertezas e desemprego constante, o que também vem sendo utilizado como forma de contratação no serviço público, com os contratos temporários, a falta de planos de carreira, os poucos concursos públicos. Já a financeirização transfere o capital centralmente para o sistema bancário, fazendo com que tenhamos uma economia oscilante e dependente, baseada em produção de matéria prima barata, que não exigem mão de obra qualificada, o que se desdobra em uma fraca política educacional.

Mas de todos os ditames, sem dúvida o neoliberalismo foi o que abriu o maior caminho para a situação na qual nos encontramos hoje. Com a ideologia de que as crises são derivadas dos gastos excessivos com as questões sociais, os governos passam a cada vez mais reduzir os investimentos, no setor público, transferindo para a iniciativa privada inclusive direitos previstos na Constituição, mercantilizando direitos sociais. Com essa idéia, a educação no Brasil foi sendo ajustada ao longo das últimas duas décadas, a LDB de 96 garante o marco legal para uma educação voltada a atender os interesses do mercado, o PNE de 2001 não garante o financiamento necessário, o atual PNE tramitando no congresso, através de suas metas transforma em política de Estado os programas de governo implementados pelos últimos governos. São exemplares, as duas faces da contrarreforma universitária (1) que transfere boa parte dos recursos para

instituições privadas através de isenções fiscais (PROUNI), e (2) que expandiu o ensino superior público (REUNI), mas sem garantir o financiamento necessário, precarizando ainda mais as universidades públicas e descaracterizando o ensino superior baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão; ainda o avanço do ensino à distância e dos cursos técnicos.

É preciso se levar em consideração que boa parte dessa política, sobretudo aquelas implementadas nos governos petistas, carregam uma forte máscara do ideário democrático e popular, sendo criados fóruns como as CONAEs, que legitimam a política precarizante e privatizante, e que quando questionam tal lógica, são atropeladas por decretos presidenciais, como é o caso da defesa dos 10% do PIB que saiu como apontamento das Conferências e não foi levado em consideração pelo Governo. A proposta do PNE que tramita, indica o investimento de 10% do PIB até 2023, como investimento total, isso significa que não será exclusivo para a educação pública, mas mais uma forma do capital acumular, espoliando o fundo público.

Tudo isso, somado as grandes mobilizações do último período, demonstram que não podemos confiar nos espaços organizados pelo governo. É necessário que os movimentos sociais tenham autonomia para debater, questionar e pautar políticas para a educação que atendam aos interesses da maioria da população, o que vai de encontro às atuais políticas implementadas. Dessa forma que surge a necessidade de um Encontro Nacional que possa diagnosticar e propor projetos para uma educação que avance na perspectiva emancipatória.